

SECRETARIA DE ESTADO
DE SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL

ERRATA
PORTARIA Nº 913/2018-SAGA,DE 04.10.2018,
DOE Nº 33.716 DE 08.10.2018.
Que concedeu 30 (trinta) dias de férias a servidora: MARIA ELIZETH PEREIRA DA SILVA
Onde se lê: 03/12 a 01/01/2019
Leia-se: 12/12 a 10/01/2019
*Errata republicada por ter saído com incorreção.

Protocolo: 371799

TERMO ADITIVO A CONTRATO
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2014
Exercício: 2018.
Objeto: Prorrogação de prazo por mais 06 meses.
Vigência: 08/10/2018 à 07/04/2019.
Programação Orçamentária: 21.101.06.122.1297.8338,
Natureza: 339039–Fonte de Recurso: 0101.
Data de assinatura: 05/10/2018.
Contratado: C2A SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFOMÁTICA LTDA.
Endereço: Avenida Gentil Bittencourt nº554 A, Bairro Nazaré,
CEP: 66.035-340.
Ordenador: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA.

Protocolo: 372007

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 23/2018-SEGUP/PA
A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, comunica que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.
OBJETO: Registro de Preços para eventual Aquisição de Coletes de Proteção Balística para os órgãos que integram o Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes no Anexo I Termo de Referência do Edital.
DATA DA ABERTURA: 25/10/2018
HORA DA ABERTURA: 09h:00 (Horário Oficial de Brasília-DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG: 925801)
OBS: O presente Edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br
Belém(PA), 10 de outubro de 2018.
Luciana Cunha da Silva
Pregoeira SEGUP/PA

Protocolo: 371962

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 149/2018 – SEGUP
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP**, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. **CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA**, brasileiro, casado, servidor público estadual, portador da Cédula de Identidade nº 166.9636, CPF nº 410.517.342-15, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, **RESOLVE** reconhecer a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para contratação direta do Senhor **CARLOS EDUARDO BILOIA DA SILVA**, Professor, **Especialista**, inscrito no CPF sob o nº 016.775.247-23, RG nº 24990, PIS/Pasep nº 1.705.360.336-7, residente e domiciliado à Av. Generalíssimo Deodoro, apto 2701, n.º 2037, Bairro Nazaré, Belém Pará, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Delegados de Polícia – CAODP/2018 – Especialização em Defesa Social e Cidadania, disciplina **Correção de Trabalho de Conclusão de Curso, que terá como Carga Horária de 20 horas/aula**, com valor global de **R\$ - 1.400,00** (um mil e quatrocentos reais), Nome do Programa: **1425-** Segurança Pública, Projeto Atividade: **26/8278-** Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, Unidade Orçamentária: **260101** – Polícia Militar do Estado do Pará; **31101-** Bombeiro Militar do Estado do Pará, Elemento de

Despesa: **33.90.36** – Outros Serviços Pessoa Física e **33.90.47** – Obrigações Tributárias e Contributivas, Plano Interno: **2100008278C** Fonte de Recursos: **0101** – Tesouro do Estado, tendo como fundamento legal o artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Belém – PA, 08 de outubro de 2018.
CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 149/2018-SEGUP
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 149/2018–SEGUP, fundamentado no artigo 25, *caput* do referido diploma legal.
Belém – PA, 08 de outubro de 2018.
LUIZ FERNANDES ROCHA
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 371604

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 148/2018 – SEGUP
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP**, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. **CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA**, brasileiro, casado, servidor público estadual, portador da Cédula de Identidade nº 166.9636, CPF nº 410.517.342-15, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, **RESOLVE** reconhecer a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para contratação direta do Senhor **BRUNO PINTO FREITAS**, professor, **Mestre**, inscrito no CPF sob o nº 930.352.682-15, RG nº 6402313, PIS/Pasep nº 1.902.634.139-6, residente e domiciliado na Rua Boa Ventura da Silva, 1167, Bairro Umarizal, Cidade Belém Pará, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Delegados de Polícia – CAODP/2018 – Especialização em Defesa Social e Cidadania, disciplina **Correção de Trabalho de Conclusão de Curso, que terá como Carga Horária de 20 horas/aula**, com valor global de **R\$ - 1.600,00** (um mil e seiscentos reais), Nome do Programa: **1425-** Segurança Pública, Projeto Atividade: **26/8278-** Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, Unidade Orçamentária: **260101** – Polícia Militar do Estado do Pará; **31101-** Bombeiro Militar do Estado do Pará, Elemento de Despesa: **33.90.36** – Outros Serviços Pessoa Física e **33.90.47** – Obrigações Tributárias e Contributivas, Plano Interno: **2100008278C** Fonte de Recursos: **0101** – Tesouro do Estado, tendo como fundamento legal o artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Belém – PA, 08 de outubro de 2018.

CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 148/2018-SEGUP
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 148/2018–SEGUP, fundamentado no artigo 25, *caput* do referido diploma legal.
Belém – PA, 08 de outubro de 2018.

LUIZ FERNANDES ROCHA
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 371605

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 153/2018 – SEGUP
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP**, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. **CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA**, brasileiro, casado, servidor público estadual, portador da Cédula de Identidade nº 166.9636, CPF nº 410.517.342-15, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, **RESOLVE** reconhecer a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para contratação direta da Senhora **ALESSANDRA DE FÁTIMA VASCONCELOS PINHEIRO**, Professora, **MESTRE**, inscrita no CPF sob o nº 575.309.472-49, RG nº 2790486, PIS/Pasep nº 1.705.361.845-3, residente e domiciliado à Rod. Augusto Montenegro, n.º 200, AP 202, bloco 08, Bairro Mangueirão, Belém Pará, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Delegados de Polícia – CAODP/2018 – Especialização em

Defesa Social e Cidadania, disciplina **Correção de Trabalho de Conclusão de Curso, que terá como Carga Horária de 20 horas/aula**, com valor global de **R\$ - 1.600,00** (um mil e seiscentos reais), Nome do Programa: **1425-** Segurança Pública, Projeto Atividade: **26/8278-** Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, Unidade Orçamentária: **260101** – Polícia Militar do Estado do Pará; **31101-** Bombeiro Militar do Estado do Pará, Elemento de Despesa: **33.90.36** – Outros Serviços Pessoa Física e **33.90.47** – Obrigações Tributárias e Contributivas, Plano Interno: **2100008278C** Fonte de Recursos: **0101** – Tesouro do Estado, tendo como fundamento legal o artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Belém – PA, 08 de outubro de 2018.

CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº153/2018-SEGUP
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº153/2018–SEGUP, fundamentado no artigo 25, *caput* do referido diploma legal.
Belém – PA, 08 de outubro de 2018.
LUIZ FERNANDES ROCHA
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 371606

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº150/2018 – SEGUP
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP**, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. **CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA**, brasileiro, casado, servidor público estadual, portador da Cédula de Identidade nº 166.9636, CPF nº 410.517.342-15, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, **RESOLVE** reconhecer a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para contratação direta da Senhora **ERIKA NATALIE PEREIRA MIRALHA DUARTE**, Professora, **ESPECIALISTA**, inscrita no CPF 574.869.302-00, RG nº 21126, PIS/Pasep nº 170.536.082-02, residente e domiciliada na BR 316, conjunto Ecoparque, n.º 5010, Bl D, apto 91, Bairro Agua Lindas, Ananindeua Pará, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Delegados de Polícia – CAODP/2018 – Especialização em Defesa Social e Cidadania, disciplina **Correção de Trabalho de Conclusão de Curso, que terá como Carga Horária de 20 horas/aula**, com valor global de **R\$ - 1.400,00** (um mil e quatrocentos reais), Nome do Programa: **1425-** Segurança Pública, Projeto Atividade: **26/8278-** Capacitação e Treinamento dos Servidores do SIEDS, Unidade Orçamentária: **260101** – Polícia Militar do Estado do Pará; **31101-** Bombeiro Militar do Estado do Pará, Elemento de Despesa: **33.90.36** – Outros Serviços Pessoa Física e **33.90.47** – Obrigações Tributárias e Contributivas, Plano Interno: **2100008278C** Fonte de Recursos: **0101** – Tesouro do Estado, tendo como fundamento legal o artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Belém – PA, 08 de outubro de 2018.

CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 150/2018-SEGUP
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº150/2018–SEGUP, fundamentado no artigo 25, *caput* do referido diploma legal.
Belém – PA, 08 de outubro de 2018.

LUIZ FERNANDES ROCHA
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 371607

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 147/2018 – SEGUP
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP**, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. **CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA**, brasileiro, casado, servidor público estadual, portador da Cédula de Identidade nº 166.9636, CPF nº 410.517.342-15, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, **RESOLVE** reconhecer a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para contratação direta